

Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil

**Demonstrações financeiras intermediárias
em 30/09/2019 e Relatório de revisão dos
Auditores independentes**

Novembro de 2019

CONTEÚDO

**RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019..... 3**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30
DE SETEMBRO DE 2019**

BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL.....	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9 - 36

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

À Diretoria Executiva e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal da
Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as Demonstrações financeiras intermediárias da Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil (“Apex-Brasil” ou “Entidade”), que compreendem o Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado dos períodos de nove e três meses findo nessa data, bem como as Demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses também findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Apex-Brasil é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nossa responsabilidade é a de expressar uma Conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão de auditoria.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma Opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Apex-Brasil em 30 de setembro de 2019, o desempenho das duas operações para os períodos de nove e três meses findos nessa data, e os seus fluxos de caixa para o período de nove meses também findo nessa data, de acordo com o CPC 21 (R1), emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade e aplicável à elaboração de informações intermediárias.

Outro assunto

O Balanço patrimonial da Apex-Brasil em 31 de dezembro de 2018, apresentado para fins de comparabilidade, foi auditado por nós e sobre o qual emitimos uma Opinião sem ressalva em 28 de fevereiro de 2019. As demonstrações financeiras intermediárias do resultado dos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2018, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa mesma data, foram também revisadas por nós e sobre as quais emitimos uma Conclusão sem ressalva em 23 de novembro de 2018.

Belo Horizonte, 1 de novembro de 2019

Teixeira & Associados

NEXIA TEIXEIRA Auditores

CRC MG 5.194



Teixeira

Domingos Xavier Teixeira

Sócio e Diretor Executivo

Contador CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

BALANÇO PATRIMONIAL EM

Em milhares de reais

	Nota	30/09/2019	31/12/2018		Nota	30/09/2019	31/12/2018
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.334	8.365	Obrigações trabalhistas e sociais	11	14.721	8.563
Aplicação financeira	4	314.248	157.605	Contas a pagar e fornecedores	12	3.758	640
Créditos a receber	5	40.058	67.002	Obrigações tributárias e previdenciárias	13	490	-
Adiantamentos concedidos	6	12.536	31.469	Arrendamentos a pagar	14	7.219	-
Direitos de créditos	7	1.539	2.676			26.188	9.203
		370.715	267.117				
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Aplicação financeira	4	76.099	94.433	Obrigações a pagar de longo prazo	15	586	1.032
Depósitos judiciais e garantias	8	3.568	3.135	Arrendamentos a pagar	14	13.602	-
Direitos em Uso de Arrendamento	9	19.399	-	Provisão para riscos tributários e trabalhistas	16	115.950	106.505
Imobilizado	10	4.120	5.034			130.138	107.537
Intangível	10	1.683	437				
		104.869	103.039	PATRIMÔNIO SOCIAL	17		
		475.584	370.156	Superávit acumulado		253.416	263.605
				Superávit (déficit) do exercício		65.842	(10.189)
						319.258	253.416
						475.584	370.156

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações financeiras intermediárias

SERGIO SEGOVIA
Presidente

EDERALDO TEIXEIRA DE ABREU
FILHO
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DOS PERÍODOS DE NOVE E TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em milhares de reais

	Nota	Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Período de 9 meses findo em 30/09/2018	3º trimestre de 2019	3º trimestre de 2018
Receita com contribuição social líquida	18	354.609	336.942	119.133	111.435
Receitas de serviços e outras receitas	19	5.326	7.841	1.524	4.000
Total das receitas operacionais		359.935	344.783	120.657	115.435
Custos e despesas operacionais					
Despesas com convênios e projetos	20	(118.650)	(111.531)	(38.872)	(37.991)
Despesas com projetos finalísticos	20	(43.549)	(57.689)	(12.314)	(19.690)
Despesas com viagens	21	(7.894)	(14.791)	(3.550)	(6.835)
Despesas com comunicação, marketing e propaganda	22	(5.381)	(45.710)	(1.098)	(10.624)
Despesas com pessoal, encargos e benefícios	23	(87.161)	(77.660)	(29.644)	(27.184)
Despesas gerais e administrativas	24	(17.937)	(19.984)	(6.410)	(7.605)
Despesas com provisão judicial e administrativa	25	(6.057)	(7.161)	(819)	(2.669)
Despesas tributárias	26	(9.350)	(13.703)	(2.745)	(4.647)
Despesa com depreciação e amortização	27	(5.579)	(2.243)	(1.898)	(685)
Outras receitas (despesas) operacionais		(134)	1.726	(134)	4.002
		(301.692)	(348.746)	(97.484)	(113.928)
Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro		58.243	(3.963)	23.173	1.507
Resultado financeiro líquido	28				
Receitas financeiras		14.810	15.280	6.136	7.201
Despesas financeiras		(7.211)	(4.404)	(2.621)	(1.598)
		7.599	10.876	3.515	5.603
SUPERÁVIT DO PERÍODO		65.842	6.913	26.688	7.110

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações financeiras intermediárias

SERGIO SEGOVIA
Presidente

**EDERVALDO TEIXEIRA
DE ABREU FILHO**
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO 2019 E 2018

Em milhares de reais

	Superávit acumulado	Superávit (déficit) do período	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	175.002	88.603	263.605
Incorporação do superávit do exercício anterior	88.603	(88.603)	-
Déficit do período	-	6.913	6.913
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018	263.605	6.913	270.518
Déficit do período de outubro a dezembro de 2018	-	(17.102)	(17.102)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	263.605	(10.189)	253.416
Incorporação do déficit do exercício anterior	(10.189)	10.189	-
Superávit do período	-	65.842	65.842
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019	253.416	65.842	319.258

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações financeiras intermediárias

SERGIO SEGOVIA
Presidente

**EDERVALDO TEIXEIRA
DE ABREU FILHO**
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO 2019 E 2018

Em milhares de reais

	30/09/2019	30/09/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do período	65.842	6.913
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:		
· Depreciação e amortização	5.579	2.243
· Baixa de ativo imobilizado e intangível	135	2.291
· Resultado de aplicações financeiras	(13.336)	(13.823)
· Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	9.445	10.225
· Juros de arrendamentos a pagar	2.145	-
· Variação cambial líquida	38	-
	4.006	936
Geração Operacional	69.848	7.849
Redução (aumento) nos ativos		
Recursos vinculados a convênios e contratos	-	15.865
Créditos a receber	26.944	41.243
Adiantamentos concedidos	18.933	(10.676)
Direitos de créditos	1.137	1.978
Depósitos judiciais e garantias	(433)	(1.022)
	46.581	47.388
Aumento (redução) nos passivos		
Obrigações trabalhistas e sociais	6.158	(2.870)
Obrigações com convênios e contratos	-	(805)
Contas a pagar e fornecedores	3.118	(1.300)
Obrigações tributárias e previdenciárias	490	623
Outros passivos não circulantes	133	(105)
	9.899	(4.457)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	126.328	50.780
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Instrumentos financeiros, líquido	(124.973)	39.612
Aquisições de bens do imobilizado	(122)	(476)
Aquisições de bens do intangível	(1.481)	(363)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(126.576)	38.773
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Arrendamentos	(5.783)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.783)	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(6.031)	89.553
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.365	99.439
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.334	188.992
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(6.031)	89.553

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações financeiras intermediárias

SERGIO SEGOVIA
Presidente

EDERVALDO TEIXEIRA DE ABREU
FILHO
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTEMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

1 Contexto operacional

1.1 Constituição

A Agência de Promoção de Exportações do Brasil, designada também como Apex-Brasil (“Agência” ou “Entidade”), foi constituída na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, na forma de serviço social autônomo.

A constituição da Entidade decorreu da edição da Medida Provisória nº 106, de 22 de janeiro de 2003, que foi convertida na Lei nº 10.668, de 14 de maio de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 4.584/2003. Referido decreto foi alterado posteriormente pelo Decreto nº 8.440, de 29 de abril de 2015 e pelo Decreto nº 8.788, de 23 de setembro de 2016, passando a responsabilidade de supervisão da Agência para o Ministério das Relações Exteriores – MRE, anteriormente vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

Em razão de a Apex-Brasil ser uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, os seus atos constitutivos e posteriores foram registrados no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.

1.2 Objetivo social e operação

O objetivo da Apex-Brasil é o de promover exportações brasileiras e investimentos em cooperação com o Poder Público, assim como a internacionalização de empresas públicas e privadas brasileiras, por meio da pesquisa, da formação, da capacitação, do desenvolvimento institucional, entre outras ações, observada a política nacional de desenvolvimento, sobretudo no que tange aos setores de indústria, comércio, serviços e tecnologia, com ênfase no favorecimento às empresas de pequeno porte e na geração de empregos.

A sua missão é desenvolver a competitividade das empresas brasileiras, promovendo a internacionalização dos seus negócios e a atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED).

A Apex-Brasil atua de diversas formas para promover a competitividade das empresas brasileiras em seus processos de internacionalização, oferecendo inteligência de mercado, qualificação empresarial, estratégia para internacionalização, promoção de negócios e imagem e atração de investimentos estrangeiros para empresas brasileiras, sem que se tenha o ânimo de lucro.

Ademais, a estrutura de apoio aos setores da economia pela Apex-Brasil ocorre por meio de projetos setoriais, os quais podem ser divididos da seguinte forma: Agronegócios, Alimento e Bebidas; Casa e Construção; Economia Criativa e Serviços; Máquina e Equipamentos; Moda; e Tecnologia e Saúde. Os projetos setoriais são realizados por meio de convênios com as entidades representativas de cada setor mencionado.



Para atender ao seu objetivo social, a Lei nº 8.029/1990 estabeleceu em seu artigo 8º, a destinação de parcela da contribuição previdenciária arrecadada pela Receita Federal do Brasil à Agência para financiamento das suas operações.

1.3 Localizações

A sede da Agência está localizada no Setor de Autarquias Norte Quadra 05, Bloco C, Torre II, salas 1201 a 1701 - Centro Empresarial CNC. Além da sede em Brasília, no Brasil existem também as unidades de Porto Alegre, Recife e São Paulo. A Agência mantém, ainda, unidades no exterior, com finalidades consonantes aos seus objetivos legais e estatutários. Essas unidades estão estrategicamente localizadas nos principais mercados globais: Miami e São Francisco (EUA), Bogotá (Colômbia), Bruxelas (Bélgica), Moscou (Rússia), Dubai (Emirados Árabes Unidos) e Pequim e Xangai (China). As operações em Havana (Cuba) e em Luanda (Angola) foram descontinuadas em 2019 e os efeitos destas operações na Demonstração do resultado do período de nove meses de 2019 da Entidade são apresentados na Nota Explicativa nº 30.

1.4 Aspectos tributários

1.4.1 Imposto de renda

A Apex-Brasil é uma entidade isenta do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ, por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/1997, art. 15). Nesse sentido, é importante salientar que ser considerada entidade sem fins lucrativos não significa que a Entidade não possa apresentar superávit em suas contas e, caso o apresente em determinado exercício, o referido resultado é destinado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, em consonância ao que prevê o art. 12 § 3º da Lei nº 9.532/1997.

Ainda, as entidades consideradas isentas do IRPJ, pela finalidade ou pelo objeto, deverão atender aos requisitos previstos no art. 15, § 3º, da Lei nº 9.532/1997, com as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/1998 (art. 10º e 18º, IV).

Os rendimentos e os ganhos de capitais auferidos em aplicações financeiras de renda fixa não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/1997, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º), estando fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos.

1.4.2 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Baseado no parágrafo 1º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, a Apex-Brasil está isenta também da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

1.4.3 PIS

Nos termos do art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP será determinada com base na folha de salários, à alíquota de 1%, com o recolhimento mensal desse



tributo. Por isso, é isenta de recolhimento de PIS sobre receita financeira nos termos dos Art. 2º. e 9º. da IN RFB 247 de 2002.

1.4.4 COFINS

Em relação à tributação da COFINS, o inciso X, do art. 14, e o inciso VI, do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/01, determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei. Para as receitas não próprias, como as financeiras, a Apex-Brasil efetua a apuração e o recolhimento da COFINS à alíquota de 4% conforme Decreto 8.426/2015.

2 Apresentação das Demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias da Apex-Brasil foram preparadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e também de acordo com IFRS; e estão de acordo com o IAS - “International Accounting Standards” nº 34 e correspondente Pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1), que tratam das demonstrações intermediárias.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas pela Administração da Agência em 28 de fevereiro de 2019, em especial sobre as práticas contábeis adotadas pela Entidade.

As práticas e critérios contábeis adotados na preparação dessas Informações Financeiras Intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Entidade.

A Apex-Brasil não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não está apresentando a Demonstração do resultado abrangente. Dessa forma, o resultado do período de nove meses é igual ao resultado abrangente total.

2.2 Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor; determinados ativos e passivos financeiros são mensurados ao valor justo.



2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Entidade faça julgamentos, estimativas técnicas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais contas sujeitas a estimativas estão representadas:

- i) Por instrumentos financeiros, incluídos em fundos de investimentos exclusivos da Apex-Brasil, mensurados a valor justo por meio do resultado - Nota Explicativa nº 4;
- ii) Pela não constituição de provisão para devedores duvidosos sobre Créditos a receber - Nota Explicativa nº 5;
- iii) Pela depreciação/amortização acumuladas do ativo imobilizado e intangível - Nota Explicativa nº 10;
- iv) Pela determinação da taxa de juros incremental e pelos fluxos de caixa projetados para a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil – Nota Explicativa nº 9 e 14; e
- v) Pelas provisões para riscos tributárias e trabalhistas - Nota Explicativa nº 16.

2.5 Aprovação das Demonstrações financeiras intermediárias

A emissão dessas Demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração da Apex-Brasil em 1º. de novembro de 2019.

2.6 Informações contábeis das unidades da Apex-Brasil no exterior

As Unidades no exterior da Apex-Brasil foram constituídas como filiais da Entidade, sendo que cada uma é organizada conforme a legislação de cada país, e possui uma contabilidade própria para fins de cumprimento da legislação específica de cada País onde se localiza, e também para permitir o acompanhamento gerencial pela Administração da Entidade.



Por se tratar de filiais, os saldos contábeis das unidades no exterior da Apex-Brasil e da sua sede em Brasília são apresentados de maneira conjunta por meio de uma única demonstração.

2.7 Moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Apex-Brasil, de acordo com as taxas de câmbio nas datas das transações. Os ativos e os passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para Reais à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças cambiais de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

As moedas correntes das unidades da Apex-Brasil no exterior são: Renmimbi Chinês (CNY) na China, Dirham (AED) nos Emirados Árabes Unidos, Dólar (USD) nos Estados Unidos da América, Peso Colombiano (COP) na Colômbia, Euro (EUR) na Bélgica e Rublo (RUB) na Rússia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, de depósitos bancários em contas correntes no Brasil e no exterior e as aplicações financeiras com vencimento original de três meses, ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados no cumprimento das obrigações de curto prazo.

Os instrumentos financeiros estão detalhadamente descritos na Nota Explicativa nº 4 adiante.

A posição de caixa e equivalentes de caixa é a seguinte:

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Fundo fixo de caixa	17	49
Depósitos bancários - Nacional	80	316
Depósitos bancários - Exterior	(i) 2.237	8.000
Total	2.334	8.365

- (i) Referem-se a disponibilidades bancárias das unidades da Apex-Brasil no exterior mantidas para suportar as despesas mensais de manutenção e de promoção das exportações em cada uma das localidades. A redução do saldo em 30 de setembro de 2019, em relação ao final do exercício de 2018, foi em função da mudança de procedimento dos repasses de recursos às unidades da Apex-Brasil no exterior no qual a Administração no Brasil passou a confrontar a disponibilidade financeira em cada unidade antes do efetivo repasse mensal dos recursos. É de salientar que a sede da Apex-Brasil não possui saldos ou investimentos diretos no exterior.

4 Aplicações financeiras

São investimentos realizados pela Apex-Brasil em Fundos de Investimentos que são valorizados com base no valor da cota informada pela CVM do último dia do mês, multiplicada pela quantidade de cotas pertencentes à Entidade.



A Apex-Brasil concentra parte substancial de sua disponibilidade financeira em dois Fundos de Investimento exclusivos, sendo um gerido pela Caixa Econômica Federal, denominado “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa”, e outro, administrado pelo Banco do Brasil DTVM, denominado “BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo”.

O detalhamento das Aplicações financeiras é como segue:

Descrição		30/09/2019	31/12/2018
Fundo de Investimento Exclusivo - Caixa Econômica Federal	(i)	99.986	95.873
Fundo de Investimento Exclusivo - Banco do Brasil	(ii)	249.549	151.352
Fundos de Investimento - Capital de Giro	(iii)	40.812	4.825
(-) Provisão de Imposto e de Renda		-	(12)
Total		390.347	252.038
Segregado em:			
Circulante		314.248	157.605
Não Circulante		76.099	94.433
		390.347	252.038

- (i) Fundo de Investimento Exclusivo denominado “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa” é um fundo de investimento, com prazo indeterminado de duração, e destina-se a receber aplicações da Apex-Brasil, investidor qualificado na forma do regulamento disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Um detalhamento dos ativos e passivos do Fundo é demonstrado na Nota Explicativa 4.1 a).
- (ii) Fundo de Investimento Exclusivo denominado “BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo” é um fundo de investimento, com prazo indeterminado de duração, e destina-se a receber aplicações da Apex-Brasil, investidor qualificado na forma do regulamento disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Um detalhamento dos ativos e passivos do Fundo é demonstrado na Nota Explicativa 4.1 b).
- (iii) Fundos de Investimentos não exclusivos destinados à manutenção do capital de giro, com saldo definido de acordo com a análise do fluxo de caixa histórico e mensal das despesas correntes de manutenção administrativa e projeção do fluxo de caixa das despesas com promoção de exportação relacionadas aos convênios estabelecidos pela Apex-Brasil. Os saldos estão aplicados em Fundos de Investimentos administrados pelo Bradesco e Banco do Brasil, sendo que o aumento desta disponibilidade financeira em 2019 deve-se ao fato de que, em 2018, a Apex-Brasil não estava operando com fundos de capital de giro para suas despesas mensais, política que foi alterada para 2019.

4.1 Fundos de investimentos exclusivos da Apex-Brasil

Os ativos financeiros pertencentes a cada fundo de investimento podem ser classificados como “Valor justo por meio do resultado” ou “Custo amortizado”. Sendo “Custo amortizado”, os ativos são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma *pro rata die* até a data de encerramento do balanço. Para os ativos classificados por “Valor justo por meio do resultado”, além da prática mencionada anteriormente, ainda são ajustados ao valor provável de realização na data do balanço, conforme a metodologia da curva de juros de mercado com base na ETTJ – Estrutura a Termo da Taxa de Juros, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital - ANBIMA.



Abaixo, é apresentada a composição da carteira de cada fundo de investimento exclusivo em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, considerando a classificação dos ativos e também o seu prazo de vencimento.

a) Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa

	30/09/2019			31/12/2018	
	Quantidade	Vencimento em 2019	Vencimento entre 2020 a 2025		Total em 30/09/2019
Caixa e equivalentes	-	1	-	1	1
Operações compromissadas - Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	55.460	-	63.163	63.163	57.948
	55.460	1	63.163	63.164	57.949
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Valor justo por meio do resultado					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.100	1.034	31.010	32.044	30.611
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	-	2.763
	3.100	1.034	31.010	32.044	33.374
amortizado					
Letras Financeiras de Bancos	18	-	4.788	4.788	4.560
	18	-	4.788	4.788	4.560
Valores a receber	-	-	-	-	1
Total do ativo		1.035	98.961	99.996	95.884
Valores a pagar		(10)		(10)	(11)
Valor do Fundo de Investimento				99.986	95.873
Segregado em:					
Circulante				46.937	42.171
Não circulante				53.049	53.702
				99.986	95.873

A partir de 2017, a Administração da Apex-Brasil optou, conservadoramente, por destinar parte da sua disponibilidade de recursos para constituir uma reserva financeira, visando fazer frente a um eventual desembolso de caixa para quitação da obrigação referente ao processo judicial em que se discute o percentual da taxa de administração cobrada pela Receita Federal do Brasil, apresentada na Nota Explicativa nº 16 a.

Em função disso, R\$ 53.049 foram registrados em aplicação financeira no ativo não circulante, com o objetivo de evidenciar a intenção da Administração de separar tais recursos de suas operações, caso eventual desembolso seja necessário.

A rentabilidade do “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa” no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 foi de 4,78%, representando 102,69% do CDI do mesmo período.



b) BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo

	30/09/2019				
	Quantidade	Vencimento em 2019	Vencimento entre 2020 a 2024	Saldo em 30/09/2019	Saldo em 31/12/2018
Caixa e equivalentes	-	-	-	-	3
Operações compromissadas - Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	13.345	137.717	-	137.717	75.472
	13.345	137.717	-	137.717	75.475
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Valor justo por meio do resultado					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	6.495	-	67.113	67.113	33.043
Letras Financeiras (LF)	10	-	2.216	2.216	2.113
	6.505	-	69.329	69.329	35.156
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Custo amortizado					
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	10.000	-	10.264	10.264	10.515
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	35.000	-	31.571	31.571	29.574
Letras Financeiras (LF)	4	-	672	672	642
	45.004	-	42.507	42.507	40.731
Total do ativo		137.717	111.836	249.553	151.362
Valores a pagar				(4)	(10)
Valor do Fundo de Investimento				249.549	151.352
Segregado em:					
Circulante				226.499	110.621
Não circulante				23.050	40.731
				249.549	151.352

A Apex-Brasil criou o “Fundo Exclusivo BB ABRC” com o objetivo de alocar investimentos para serem classificados substancialmente na categoria de “Custo Amortizado”. Com isso, a Apex-Brasil reduz possíveis oscilações do valor justo dos investimentos, caso eles estivessem classificados como “Valor justo por meio do resultado”.

Diferentemente do fundo administrado pela Caixa Econômica Federal, em que a Administração da Apex-Brasil realizou a segregação do seu saldo entre Circulante e Não circulante, baseado na sua intenção de constituir reserva financeira para provisão no passivo, a segregação do “Fundo Exclusivo BB ABRC” se deu baseada no montante de títulos classificados na categoria de “Custo amortizado” e que possuem vencimento superior a 12 (doze) meses a partir da atual data-base.

A rentabilidade deste fundo no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 foi de 5,02%, representando 107,97% do CDI do mesmo período.



5 Créditos a receber

O detalhamento do saldo é assim apresentado:

Descrição		30/09/2019	31/12/2018
Arrecadação proveniente do repasse da SRFB - Lei nº 8.029/1990	(i)	39.580	65.843
Contas a receber de exposições e outros	(ii)	478	1.159
Total		40.058	67.002

- (i) O repasse da Contribuição Social Ordinária, detalhado na Nota Explicativa nº 18, foi integralmente recebido no mês subsequente. O valor a receber em 31 de dezembro 2018 é superior ao valor a receber em 30 de setembro de 2019 em função do saldo naquele mês ser afetado pela maior arrecadação da Contribuição Previdenciária no mês de dezembro, em decorrência do 13º salário.
- (ii) O saldo de contas a receber é caracterizado, preponderantemente, por créditos provenientes de venda de espaços em feiras e eventos no exterior, consultoria em agronegócios e por ressarcimento de valores de passagens e hospedagens canceladas no Brasil e no Exterior.

6 Adiantamentos concedidos

Descrição		30/09/2019	31/12/2018
Adiantamentos para convênios e projetos	(i)	9.352	30.365
Adiantamento para empregados	(ii)	2.826	677
Demais adiantamentos		358	427
Total		12.536	31.469

- (i) Adiantamentos para convênios e projetos: São recursos financeiros repassados aos convênios pela Apex-Brasil e ainda não utilizados pelo conveniente até cada uma das datas-bases acima. O motivo do saldo de adiantamento ser maior ao final do exercício de 2018 foi ocasionado por antecipação, de maneira conservadora, do repasse para os convenientes previsto para o mês de janeiro de 2019, motivado pela substituição do Sistema Integrado de Gestão ERP, no início de 2019, o qual poderia ocasionar falha no envio do recurso devido à instabilidade do novo sistema.

Os adiantamentos concedidos para os convenientes e projetos são realizados baseados na projeção de realização das despesas mensais apuradas, de acordo com a execução financeira de cada projeto e/ou convênio.

Os saldos repassados às entidades são mantidos como ativo da Apex-Brasil até sua execução ou devolução dos recursos. A baixa do saldo da conta contábil de adiantamento ocorre à medida que os valores são utilizados no objeto conveniado.

As efetivações das utilizações desse recurso ocorrem pelo regime de competência, pois as despesas com convênios devem ser reconhecidas à medida que os projetos são executados pelas convenientes, ou seja, durante o tempo incorrido na execução dos projetos; e não quando do desembolso financeiro feito pela Apex-Brasil, pois nesse momento se configuram como adiantamentos. As movimentações desses adiantamentos estão apresentadas na tabela abaixo:



Descrição	Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Período de 12 meses findo em 31/12/2018
Adiantamento para convênios e projetos		
Saldo inicial	30.365	10.081
(+) Repasses efetuados	98.042	185.289
(-) Devoluções de convênios	(405)	(3.324)
(-) Execução pelas convenientes	(118.650)	(161.681)
Saldo final	9.352	30.365

- (ii) Adiantamentos para empregados: São adiantamentos feitos aos empregados da Apex-Brasil, na forma de Adiantamento de 13º salário, férias e para viagens. Conforme acordo coletivo de trabalho, a Apex-Brasil realiza a antecipação da 1ª parcela do 13º salário no mês de fevereiro, controlando seu saldo até a efetiva compensação em dezembro.

7 Direitos de Créditos

Descrição		30/09/2019	31/12/2018
Valor a Receber Acordo ABIA	(i)	773	1.026
Despesas antecipadas	(ii)	581	1.470
Valores a receber de empregados		185	180
Total		1.539	2.676

- (i) Reconhecimento do saldo a receber do acordo judicial realizado entre Apex-Brasil e ABIA – Associação Brasileira de Indústria de Alimentos.
- (ii) Diferimento de despesas com periódicos, aluguéis e licenças de software das unidades no exterior, para apropriação ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

8 Depósitos judiciais e garantias

Descrição		30/09/2019	31/12/2018
Deposito de INSS sobre 1/3 de férias	(i)	2.406	2.120
Depósitos e cauções em geral	(ii)	632	534
Depósitos de processos trabalhistas	(iii)	530	481
Total		3.568	3.135

- (i) Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias (patronal), que está sendo depositada em juízo em razão de ação com pedido de liminar para renovação de certidão de regularidade fiscal. A Apex-Brasil impetrou mandado de segurança com pedido de depósito judicial, sendo que, enquanto no mandado de segurança é discutida a legalidade em si da cobrança, a Apex-Brasil realiza, mensalmente, depósito judicial para (i) garantir a não incidência de juros e multa de mora fiscais e (ii) manter a regularidade fiscal da Apex-Brasil. Em relação ao tema, salienta-se que, no âmbito do STF, a questão encontra-se com o julgamento suspenso em razão de pedido de vista, tendo 6 votos favoráveis à tese da Apex-Brasil e 3 votos contrários, motivo pelo qual



a Entidade entende que, apesar da constituição do depósito judicial, a provisão não seria requerida, pois classificou o risco de perda como “Remota”;

- (ii) Valor relativo à caução de aluguel das unidades Miami, Bogotá, Bruxelas, Dubai e Pequim; e
- (iii) Depósitos judiciais para interposição de recursos judiciais decorrentes de processos judiciais de natureza trabalhista.

9 Direitos em Uso de Arrendamento – CPC 06 R2/ IFRS 16

O CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários, a ser adotado a partir de 1º de janeiro de 2019, similar à contabilização de arrendamentos financeiros na norma até então em vigor em 2018. Este novo normativo determina que, na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente, no resultado do exercício, as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Consequentemente, a Apex-Brasil, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso, que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes; e os passivos de arrendamento, que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários: i) arrendamentos de ativos de “baixo valor”, no caso da Apex-Brasil englobou aluguéis de impressoras e automóveis; e ii) arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos. Para esses casos, os pagamentos permanecem sendo reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos fluxos de pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário deve reconhecer o valor de remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Apex-Brasil analisou e concluiu que os contratos que estão abrangidos pelo conceito da norma são os contratos de aluguéis da sua sede no Brasil, além dos contratos de aluguéis dos espaços físicos utilizados pelos escritórios de Miami e Bruxelas.

a) Políticas contábeis

A Apex-Brasil reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.



O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

b) Efeitos de transição

A Apex-Brasil aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes aos períodos anteriores e não impacta o patrimônio líquido no momento da adoção inicial, e possibilita a adoção de expedientes práticas, conforme disposto na norma. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi rerepresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas.

Na adoção inicial, a Apex-Brasil utilizou do expediente prático de mensurar os passivos de arrendamento valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Entidade em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, ou seja, sem qualquer efeito no patrimônio líquido.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Apex-Brasil descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019, sendo:

- 11,4% a.a. para o arrendamento relacionado à sede da Apex-Brasil;
- 3,48% a.a. para o arrendamento relacionado ao escritório do EA Miami; e
- 2,0% a.a. para o arrendamento relacionado ao escritório do EA Bruxelas.

c) Impactos na adoção inicial

O quadro abaixo demonstra os efeitos patrimoniais da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019:

	Saldo inicial	Ajuste adoção	Saldo após a
	01/01/2019	inicial	adoção inicial
			01/01/2019
Ativo			
Circulante	267.117	-	267.117
Não Circulante	103.039	22.312	125.351
Total do Ativo	370.156	22.312	392.468
Passivo			
Circulante	9.203	7.581	16.784
Não Circulante	107.537	14.731	122.268
Patrimônio líquido	253.416	-	253.416
Total passivo e patrimônio líquido	370.156	22.312	392.468



Importante destacar que, na adoção inicial, o contrato do EA Bruxelas não foi considerado, uma vez que o seu encerramento se deu em fevereiro de 2019 e renovado em março de 2019 posteriormente até junho de 2025. Dessa forma, os efeitos do contrato encerrado no início deste ano foram considerados como não relevantes na adoção inicial, sendo que, posteriormente, a Apex-Brasil reconheceu o novo contrato de acordo com as determinações do CPC 06 (R2).

d) Impactos nas demonstrações financeiras do período corrente

A movimentação do direito de uso por contrato de arrendamento, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, foi a seguinte:

	Sede	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
Saldo em 31/12/2018	-	-	-	-
(+) Adoção inicial	19.443	2.869	-	22.312
(+) Reconhecimento	-	-	1.329	1.329
(-) Depreciação	(3.186)	(1.134)	(123)	(4.443)
(+/-) Variação cambial líquida	-	201	-	201
Saldo em 30/09/2019	16.257	1.936	1.206	19.399

10 Imobilizado e Intangível

O imobilizado e o intangível estão demonstrados pelo valor de custo, deduzido das correspondentes depreciação e amortização acumuladas, que são calculadas pelo método linear com base nas taxas de depreciação e amortização determinadas pelas autoridades federais. A Administração da Apex-Brasil acredita que não existe diferença significativa dessas taxas em relação àquelas relativas à vida útil econômica dos bens.

A movimentação do custo do imobilizado e do intangível no exercício de 2018 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 pode ser assim demonstrada:

a) Imobilizado

	31/12/2017	Adições	Baixa/Ajustes de inventário	31/12/2018	Adições	Baixas (I)	30/09/2019
Custo							
Benfeitorias	7.253	-	(7.253)	-	-	-	-
Equipamentos de informática	6.880	3.265	(534)	9.611	71	(274)	9.408
Móveis e utensílios	4.020	11	(19)	4.014	49	(122)	3.941
Instalações	725	-	(699)	26	-	-	26
Máquinas e equipamentos	456	41	(60)	435	2	(30)	407
Veículos	99	-	-	98	-	(98)	-
Obras de arte	52	-	-	52	-	-	52
	19.485	3.317	(8.565)	14.236	122	(524)	13.834
Depreciação							
Benfeitorias	(7.247)	(2)	7.249	-	-	-	-
Equipamentos de informática	(5.868)	(499)	491	(5.876)	(652)	219	(6.309)
Móveis e utensílios	(2.726)	(256)	67	(2.915)	(230)	51	(3.094)
Instalações	(589)	(38)	602	(25)	(2)	-	(27)
Máquinas e equipamentos	(312)	(17)	41	(288)	(17)	21	(284)
Veículos	(83)	(16)	-	(98)	-	98	-
	(16.825)	(828)	8.450	(9.202)	(901)	389	(9.714)
Total do imobilizado	2.660			5.034		(135)	4.120



- (i) As baixas apresentadas foram registradas no terceiro trimestre e decorrem principalmente das baixas contábeis dos bens da filial de Havana e também de alguns bens da Sede.

b) Intangível

	31/12/2017	Adições	Baixa/Ajustes de inventário	31/12/2018	Adições	30/09/2019
Custo						
Softwares	29.920	363	(23.898)	6.385	1.481	7.866
Direito de uso	27	-	-	27	-	27
Marcas e patentes	1	-	-	1	-	1
	29.948	363	(23.898)	6.413	1.481	7.894
Amortização						
Softwares	(19.084)	(2.039)	15.158	(5.965)	(235)	(6.200)
Marcas e patentes	(8)	(3)	-	(11)	-	(11)
	(19.092)	(2.042)	15.158	(5.976)	(235)	(6.211)
Total do intangível	10.856			437		1.683

A redução do intangível em 2018 ocorreu em função de análise efetuada pela Administração de todos os itens deste ativo, realizando a baixa daqueles que não estavam sendo utilizados pela Agência.

11 **Obrigações trabalhistas e sociais**

Descrição		30/09/2019	31/12/2018
Provisões de férias e encargos	(i)	7.268	8.385
Provisões de 13º salários e encargos	(ii)	3.726	-
Provisão de descanso anual e gratificação anual		122	178
Remuneração e benefícios a pagar	(iii)	1.075	-
Encargos sociais		2.530	-
Total		14.721	8.563

- (i) Corresponde às provisões para férias e encargos dos empregados. A redução do saldo deve-se a maior quantidade de colaboradores em gozo de férias no mês de janeiro de 2019.
- (ii) As provisões de 13º salário e encargos são reconhecidas mensalmente e integralmente encerradas após o pagamento da segunda parcela do 13º, que ocorre ao final de cada exercício.
- (iii) Correspondem a remunerações, benefícios e encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento da Agência, sendo que em dezembro de 2018 todas as obrigações trabalhistas foram antecipadas e quitadas dentro do próprio mês corrente, em decorrência da substituição do Sistema de Gestão Integrada ERP da sede da Apex-Brasil realizada no início de janeiro de 2019.



12 Contas a pagar e fornecedores

Descrição		30/09/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	(i)	3.369	25
Fornecedores estrangeiros		24	118
Depósitos e cauções de licitações		228	238
Demais contas a pagar		133	259
Total		3.758	640

- (i) Em dezembro de 2018 as demais contas a pagar e fornecedores foram antecipadas e quitadas dentro do próprio mês corrente, em decorrência da substituição do Sistema de Gestão Integrada ERP da sede da Apex-Brasil realizada no início de janeiro de 2019.

13 Obrigações tributárias e previdenciárias

São os saldos de obrigações referentes às retenções na fonte de terceiros (PIS, COFINS, CSLL, IRRF, INSS e ISS), obrigações referentes a tributos sobre faturamento de serviços (ISS e COFINS), tributos sobre pagamento de serviços provenientes do exterior (CIDE remessas, PIS importação, COFINS importação, ISS importação e tarifas, quando incidem), cujos recolhimentos ocorrerão no mês subsequente. As obrigações tributárias e previdenciárias a pagar em cada data-base são como segue:

Descrição		30/09/2019	31/12/2018
Tributos Retidos na Fonte de Terceiros:			
IRRF de terceiros a recolher		30	-
ISS de terceiros a recolher		36	-
PIS/COFINS/CSLL a recolher		130	-
INSS serviços de terceiros		38	-
Demais obrigações tributárias:			
CIDE		202	-
Obrigações tributárias das unidades no exterior		(22)	-
Cofins Receita Financeira		75	-
Tributos Sobre faturamento		1	-
Total		490	-

Em dezembro de 2018, as obrigações tributárias e previdenciárias foram antecipadas e quitadas dentro do próprio mês corrente, em decorrência da substituição do Sistema de Gestão Integrada ERP da sede da Apex-Brasil realizada no início de janeiro de 2019.

14 Arrendamentos a pagar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Apex-Brasil realizou a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil e, como consequência, passou a registrar uma obrigação em seu passivo em contrapartida a um direito de uso dos ativos subjacentes. A movimentação do passivo a



pagar com Arrendamentos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, segregado por contrato, pode ser apresentada como segue:

	Sede	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
Moeda	BRL	USD	EUR	
Taxa de juros (a.a.)	11,4%	3,5%	2,0%	
Saldo em 31/12/2018	-	-	-	-
(+) Adoção inicial	19.443	2.869	-	22.312
(+) Reconhecimento	-	579	1.329	1.908
(+) Juros	2.055	75	15	2.145
(-) Pagamentos	(4.264)	(1.388)	(131)	(5.783)
(+/-) Variação cambial líquida	-	186	53	239
Saldo em 30/09/2019	17.234	2.321	1.266	20.821

<u>Segregado em:</u>	
Passivo Circulante	7.219
Passivo Não circulante	13.602
Total	20.821

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento direito de uso estão detalhados a seguir:

Ano	Sede	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
2019	1.480	504	58	2.042
2020	5.918	1.867	233	8.018
2021	5.918	-	233	6.151
2022	5.918	-	233	6.151
2023	3.452	-	233	3.685
2024	-	-	233	233
2025	-	-	117	117
Total de pagamentos	22.686	2.371	1.340	26.397
(-) Total de juros	(5.452)	(50)	(74)	(5.576)
Saldo em 30/09/2019	17.234	2.321	1.266	20.821

15 Obrigações a pagar de longo prazo

Descrição		30/09/2019	31/12/2018
Aluguéis a pagar longo prazo	(i)	-	579
Outros valores a pagar	(ii)	586	453
Total		586	1.032



- (i) Apropriação crédito de isenção de seis meses de aluguel da unidade Miami, diluída ao longo da vigência do contrato. Este saldo foi transferido em 2019 para o passivo a pagar de Arrendamentos em consequência da adoção inicial do CPC 06 (R2) Arrendamento mercantil (Vide Nota Explicativa 14).
- (ii) Corresponde às provisões para rescisão dos contratos de trabalho por tempo indeterminado dos colaboradores da unidade de Dubai.

16 Provisão para riscos tributários e trabalhistas

A composição relativa a perdas classificadas como prováveis em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é apresentada a seguir:

Descrição		30/09/2019	31/12/2018
Provisão taxa de administração RFB	(i)	109.447	98.859
Provisão para contingências trabalhistas de risco provável	(ii)	6.355	7.501
Provisão para contingências tributárias de risco provável	(iii)	148	145
Total		115.950	106.505

- (i) Trata-se de taxa de administração cobrada pela Receita Federal do Brasil (RFB) para o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF. O ponto central discutido no mandado de segurança impetrado pela Apex-Brasil decorre do fato de a Receita Federal do Brasil – RFB ter definido como devida a taxa de 3,5% sobre os valores repassados por ela à Apex-Brasil a partir de maio de 2007. A Apex-Brasil obteve decisão liminar favorável em 1o. grau em Mandado de segurança (Processo nº 0035094-38.2014.4.01.3400 – 9ª Vara Federal) por ela impetrado em face da RFB que determinou que a taxa devida a ser paga pela Apex-Brasil seria de 1,5% sobre os valores repassados a partir de maio de 2007. Adicionalmente, em 4 de dezembro de 2017, a Apex-Brasil obteve sentença favorável determinando a prescrição dos valores cobrados pela Receita Federal relativos ao período anterior até março de 2009. Resumindo, até o momento a sentença de 1o. grau favorável à Apex-Brasil e a decisão liminar definiram que a taxa de administração é de 1,5%, devida a partir de abril de 2009, o que vem sendo retido pela RFB. Tendo em vista decisão contrária em relação ao percentual devido em outro processo judicial congênere (ABDI), decidiu a Apex-Brasil, conservadoramente, provisionar a diferença de 2% como um passivo a longo prazo que, em 30 de setembro 2019, totaliza R\$ 109.447 (R\$ 98.859 em 31 de dezembro de 2018). Os advogados da Apex-Brasil entendem que a possibilidade de perda é provável, por esta razão, foi constituída uma provisão para perdas, em conformidade com as normas contábeis previstas no CPC - 25 (R2) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Conservadoramente, e conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, a Apex-Brasil passou a constituir uma reserva orçamentária, que totaliza R\$ 53.049 em 30 de setembro 2019, para fazer face a eventual decisão desfavorável em instâncias superiores, caso venham a ocorrer.

- (ii) Processos de natureza trabalhista classificados com probabilidade de perda provável, envolvendo, em grande parte, pedidos cujas decisões dominantes em processos congêneres têm sido desfavoráveis às teses de defesa da Apex-Brasil; quanto aos pedidos de reintegração, o entendimento atual do Tribunal Superior do Trabalho tem sido favorável à tese defendida pela Apex-Brasil. Em todos os casos trabalhistas, a Gerência Jurídica tem feito a análise de risco envolvendo a reclamação trabalhista.



16.1 Contingências passivas classificadas como possíveis

A Apex-Brasil é parte em processos judiciais classificados por sua assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não tem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis contidas no CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Nos processos de natureza trabalhista, a Apex-Brasil responde a 12 reclamações que são classificadas com Contingência Provável, nas quais se postulam supostos direitos a horas extras, equiparação salarial, reintegração, etc., e cujo risco estimado é de R\$ 6.355 em 30 de setembro 2019 (R\$ 7.501 em 31 de dezembro de 2018), que se encontra devidamente provisionado nas demonstrações financeiras. Igualmente, a Apex-Brasil é demandada em 9 reclamações que são classificadas com Contingência Possível, totalizando o valor de R\$ 9.124.

Nos processos de natureza tributária em que a Apex-Brasil é relacionada na parte passiva em relação à União e outras entidades do Sistema “S”, em sede de mandados de segurança e ações ordinárias, ressalta-se que tais ações não geram o monitoramento de “perda contábil”, na medida em que a Apex-Brasil não tem base para estimar o valor de perda, tendo em vista que o valor, via de regra, assim como na remota hipótese de sucesso por parte do contribuinte, os valores serão adimplidos mediante compensação ou repetição de indébito pela União.

Por fim, existem processos de natureza cível com valor imaterial ou irrelevante.

17 Patrimônio social

O patrimônio social em 30 de setembro de 2019 é de R\$ 319.258, composto pelo superávit acumulado de R\$ 253.416 até 31 de dezembro de 2018 e pelo superávit do exercício de R\$ 65.842 apurado até 30 de setembro de 2019, que será incorporado ao patrimônio social posteriormente ao encerramento do exercício.

18 Receitas com contribuição social líquida

São relacionadas às transferências de recursos, sistêmicas e periódicas, feitas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), conforme previsão legal contida na Lei nº 8.029/1990. O reconhecimento dos valores nas contas de resultado ocorre conforme o regime de competência e se dá quando da vinculação mensal do repasse pelo órgão de origem, mediante a informação oficial mensal da RFB. O crédito efetivo, por meio de ordem de pagamento da receita com contribuições, ocorre no mês subsequente ao da competência. Esta receita pode ser assim demonstrada:

Descrição		Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Período de 9 meses findo em 30/09/2018	3º trimestre de 2019	3º trimestre de 2018
Contribuição destinada à ApexBrasil pela Lei nº 8.029/1990	(i)	360.009	342.027	120.947	113.121
Taxa administrativa - SRFB	(ii)	(5.400)	(5.085)	(1.814)	(1.686)
Total		354.609	336.942	119.133	111.435



- (i) A contribuição destinada à Apex-Brasil pela Lei nº 8.029/1990 constitui basicamente a receita da Apex-Brasil. De natureza tributária, definida por lei como adicional às alíquotas de contribuição social, é arrecadada e repassada mensalmente pela SRFB.
- (ii) A taxa de Administração sobre a arrecadação, descontada pela RFB para arrecadar e repassar os recursos destinados à Apex-Brasil.

A seguir estão sendo apresentados os valores mensais de Contribuição Social Ordinária (CSO), apurados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e em 30 de setembro de 2018:

Descrição	Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Período de 9 meses findo em 30/09/2018
Janeiro	41.434	39.283
Fevereiro	39.488	38.192
Março	39.021	37.376
Abril	40.203	38.451
Maio	39.736	37.741
Junho	39.181	37.863
Julho	39.766	37.737
Agosto	40.996	39.431
Setembro	40.184	35.953
Taxa administrativa - SRFB	(5.400)	(5.085)
Total	354.609	336.942

19 Receitas de serviços e outras receitas

As receitas de promoção de exportação são compostas substancialmente de receitas de prestação de serviços nacionais e de receitas das unidades no exterior e são registradas pelo regime de competência.

As receitas de prestação de serviços nacionais são oriundas de serviços customizados a partir dos produtos da Apex-Brasil para as empresas que pretendem atuar no mercado internacional, destacando-se a participação de instituições brasileiras em estande e/ou pavilhão organizado pela Apex-Brasil em Feiras Internacionais.

As receitas das unidades no exterior são oriundas de serviços de apoio à internacionalização para viabilizar a inserção definitiva de empresas brasileiras em mercados externos. A Entidade presta assessoria para o planejamento do processo de internacionalização, para o estabelecimento de escritórios locais, parcerias com distribuidores e auxílio na abertura de empresas, além de elaborar e fornecer estudos de mercado customizados.



A composição destas receitas é assim apresentada:

Descrição		Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Período de 9 meses findo em 30/09/2018	3º trimestre de 2019	3º trimestre de 2018
Receitas de prestação de serviços	(i)	3.615	5.722	917	2.699
Receitas de prestação de serviços nas unidades		1.069	1.366	502	598
Restituições de projetos/convênios		-	106	-	93
Receitas correntes diversas		642	647	105	610
Total		5.326	7.841	1.524	4.000

(i) Houve redução em 2019 da venda de espaço em feiras e eventos nacionais e internacionais.

20 Despesas com convênios e projetos

Descrição		Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Período de 9 meses findo em 30/09/2018	3º trimestre de 2019	3º trimestre de 2018
Despesas com Convênios e Projetos	(i)	118.650	111.531	38.872	37.991
Despesas com projetos finalísticos	(ii)	41.366	52.584	10.708	17.807
Despesas com Assessoria e estudos de inteligência competitiva	(iii)	2.183	5.105	1.606	1.883
Total Projetos finalísticos		43.549	57.689	12.314	19.690
Total		162.199	169.220	51.186	57.681

(i) As despesas com convênios e projetos referem-se ao desenvolvimento e à manutenção de projetos em parceria com entidades setoriais, contemplando os principais setores produtivos do Brasil, como moda, agronegócios, alimentos e bebidas, economia criativa e serviços, tecnologia e saúde, máquinas e equipamentos e casa e construção. A variação no período deve-se à execução das ações planejadas.

(ii) Projetos finalísticos são projetos próprios de promoção de exportações e atração de investimentos diretos vinculados a feiras, eventos e missões comerciais internacionais.

(iii) A redução em 2019 deve-se à postergação no período de renovação de algumas bases de dados de inteligência comercial.

21 Despesas com viagens

Descrição		Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Período de 9 meses findo em 30/09/2018	3º trimestre de 2019	3º trimestre de 2018
Despesas com passagens e transporte		4.477	7.925	2.105	3.862
Despesas com viagens de empregados		3.143	4.206	1.253	1.808
Despesas com viagens de convidados		274	2.660	192	1.165
Total		7.894	14.791	3.550	6.835

A redução nas despesas de viagens deve-se à não realização de eventos com os SECOMs (Setor de Promoção Comercial e Investimentos) ocorridos no 1º trimestre de 2018, além do menor volume de viagens devido às novas normas implementadas pela Apex-Brasil em 2019.



22 Despesas com comunicação, marketing e propaganda

Descrição		Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Período de 9 meses findo em 30/09/2018	3º trimestre de 2019	3º trimestre de 2018
Despesas com marketing e propaganda	(i)	4.865	41.841	910	9.156
Patrocínios	(ii)	33	3.150	-	1.243
Despesas com comunicação (jornais, revistas e periódicos)		483	719	188	225
Total		5.381	45.710	1.098	10.624

- (i) A redução da despesa em 2019 em comparação ao mesmo período de 2018 decorre principalmente do término do contrato com as prestadoras de serviços de Marketing e Propaganda F/Nazca S&S Publicidade LTDA e Agência Terruá Ltda., sendo que a Apex-Brasil ainda está em processo de contratação dos novos prestadores de serviços, com revisão nos seus termos e condições.
- (ii) Patrocínios concedidos e vinculados a eventos, nacionais e internacionais, objetivando-se a divulgação da imagem do Brasil e negócios de promoção das exportações.

23 Despesas com pessoal, encargos e benefícios

Referem-se a despesas com salários, encargos e benefícios de pessoal efetivo, assessores e cedidos da União, e são demonstradas como segue:

Descrição		Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Período de 9 meses findo em 30/09/2018	3º trimestre de 2019	3º trimestre de 2018
Despesas com pessoal	(i)	56.614	50.270	18.311	17.349
Despesas com encargos		15.678	13.800	5.979	5.280
Despesas com benefícios		14.869	13.590	5.354	4.555
Total		87.161	77.660	29.644	27.184

- (i) O aumento nesta despesa ocorreu, principalmente, devido ao pagamento de indenizações sobre rescisão de contrato de trabalho motivada pelo desligamento, ao total, de 106 colaboradores da Apex-Brasil, que representou R\$ 6.384 em despesas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, sendo que, no mesmo período, ocorreram 116 admissões, substancialmente nas categorias de Analista e Assistente.



24 Despesas gerais e administrativas

Descrição	Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Período de 9 meses findo em 30/09/2018	3º trimestre de 2019	3º trimestre de 2018
Despesas com locação de mão de obra	2.808	2.994	937	1.105
Despesas com licenças e serviços técnicos em software	3.409	3.475	849	1.729
Despesas com serviços advocatícios	381	538	162	118
Consultoria, auditoria e demais serviços técnicos especializados (i)	4.601	2.199	2.126	730
Despesas com manutenção e serviços gráficos	139	624	33	179
Total de despesas com serviços de terceiros	11.338	9.830	4.107	3.861
Despesas com locação de bens móveis e imóveis (ii)	4.444	7.499	1.392	2.683
Despesas com serviços de comunicação (internet e telefone)	674	856	203	283
Despesas com água e energia elétrica	52	355	15	128
Despesa com materiais em geral	362	361	82	83
Taxas judiciais e cartoriais	64	42	28	16
Capacitação e treinamentos	307	382	176	164
Demais despesas operacionais	696	659	407	387
Total de despesas com infraestrutura operacional	6.599	10.154	2.303	3.744
Total	17.937	19.984	6.410	7.605

- (i) O aumento das despesas no terceiro trimestre de 2019 foi motivado por despesas de consultoria para estruturar e executar o projeto E-Commerce da Apex-Brasil nos EUA. Nos trimestres anteriores houve aumento de despesas de auditoria nos convênios celebrados pela Apex-Brasil com as entidades setoriais.
- (ii) A redução foi motivada principalmente pela adoção do CPC 06 (R2), sendo que as despesas de aluguéis da Sede e dos Escritórios no exterior em Miami e em Bruxelas são tratadas como depreciação do Direito de Uso reconhecido pela Apex-Brasil e como juros do passivo financeiro, ambos decorrentes do reconhecido inicial da referida norma contábil.

25 Despesas com provisão judicial e administrativa

Descrição	Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Período de 9 meses findo em 30/09/2018	3º trimestre de 2019	3º trimestre de 2018
Provisão da taxa administrativa da Receita Federal (i)	7.200	6.779	2.419	2.247
Provisões Judiciais Trabalhistas (ii)	(1.143)	382	(1.600)	422
Total	6.057	7.161	819	2.669

- (i) Remete-se a presente Nota Explicativa àquela referenciada no capítulo de Provisão para riscos tributários e trabalhistas (Nota Explicativa nº. 16), consignando-se que os valores apresentados na presente demonstração se referem aos valores acrescidos à provisão em razão da classificação de perda provável em relação à Taxa da Receita Federal (diferença de 2% entre o cobrado pela RFB de 3,5%) e ao percentual reduzido em razão do mandado de segurança.
- (ii) A Apex-Brasil realizou reversões de provisões trabalhistas, em 2019, em decorrência de resultados obtidos em decisões judiciais, alterando os prognósticos de perda dos assessores jurídicos, com reflexo na provisão constituída no passivo da Entidade.



26 Despesas tributárias

Descrição		Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Período de 9 meses findo em 30/09/2018	3º trimestre de 2019	3º trimestre de 2018
Imposto de renda sobre remessa para o exterior	(i)	4.737	7.875	1.927	2.999
CIDE sobre remessa para o exterior	(ii)	3.746	4.953	733	1.557
Impostos estaduais		-	-	-	-
Impostos Municipais		341	20	3	6
Impostos e contribuições do exterior		324	542	22	(25)
IOF		202	313	60	110
Total		9.350	13.703	2.745	4.647

- (i) Estas despesas são oriundas de imposto de renda sobre remessas para o exterior realizadas para os escritórios e para pagamentos de serviços técnicos especializados contratados no Brasil. Em certos casos são solicitados pedidos de isenção de Imposto de Renda, em consonância com a Lei nº 9.841, de 13 de agosto de 1997. Nesses casos, a Apex-Brasil encaminha o pleito de isenção por meio do SISPROM.
- (ii) A variação no período refere-se à CIDE incidente sobre menor volume de remessas ao exterior. A variação no terceiro trimestre refere-se à redução do volume das remessas de custeio dos Escritórios no exterior.

As despesas tributárias da Apex-Brasil estão diretamente atreladas aos eventos e projetos realizados pela Agência no exterior.

27 Despesas de Depreciação e Amortização

Descrição		Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Período de 9 meses findo em 30/09/2018	3º trimestre de 2019	3º trimestre de 2018
Depreciação		901	653	274	215
Amortização		235	1.590	120	470
Depreciação Direitos de Uso (Nota 9)		4.443	-	1.504	-
Total		5.579	2.243	1.898	685

28 Resultado financeiro líquido

Descrição		Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Período de 9 meses findo em 30/09/2018	3º trimestre de 2019	3º trimestre de 2018
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras		15.441	14.993	5.776	5.391
Receitas com variação cambial		1.474	2.387	772	2.034
(-) Deduções s/Receitas Financeiras	(i)	(2.105)	(2.100)	(412)	(224)
Total de receitas financeiras		14.810	15.280	6.136	7.201
Despesas financeiras					
Tarifas bancárias		124	141	41	51
Correção Monetária s/ provisão da taxa de administração	(ii)	3.391	3.131	1.174	1.080
Variação cambial	(iii)	1.551	1.132	719	467
Juros sobre direito de uso (Nota 14)		2.145	-	687	-
Total de despesas financeiras		7.211	4.404	2.621	1.598
Total		7.599	10.876	3.515	5.603



- (i) A COFINS sobre rendimentos financeiros é apresentada como redutor da receita de aplicação financeira, respeitando-se a prática contábil predominante no Brasil;
- (ii) Refere-se substancialmente à correção monetária calculada à base da Taxa SELIC da contingência passiva já provisionada pela Entidade, referente ao processo administrativo que discute o percentual de cobrança da taxa de administração do repasse da SRFB à Apex-Brasil (Vide Nota Explicativa nº 16); e
- (iii) Variação cambial resultante da variação cambial sobre as operações no exterior, incluindo saldo em bancos, contas a pagar, direito de uso (CPC 06 – R2), entre outros.

29 Benefícios pós-emprego

A Apex-Brasil é fundadora e patrocinadora do plano de benefícios ApexPrev, administrado e executado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida, exceto pelos riscos adicionais vinculados à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte, que estão asseguradas por Seguradora, sem qualquer risco para a Entidade. O plano ApexPrev foi criado em 2013 e assegura os seguintes benefícios:

- a) Benefício de Aposentadoria normal;
- b) Benefício de Aposentadoria antecipada;
- c) Benefício Decorrente da Opção pelo Benefício Proporcional Diferido;
- d) Benefício de Aposentadoria por Invalidez; e
- e) Pensão por morte.

Os benefícios de risco assegurados pela ApexPrev e cobertos através de apólice de seguradora aos seus participantes são:

- Benefício de Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por morte.

O referido Plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Adicionalmente, os benefícios de risco existentes no ApexPrev estão cobertos por empresa seguradora, cuja apólice atual está vigente até 31 de julho de 2020, a qual assegura aos seus participantes a garantia de pagamento de uma projeção dos seus benefícios futuros caso ocorra um dos seguintes sinistros:

- Pensão por morte; e
- Aposentadoria por invalidez.

Tendo em vista este seguro contratado, a Apex-Brasil exime-se dos riscos atuariais elencados no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).



30 Operações descontinuadas

A Agência avaliou as operações em Havana (Cuba) e em Luanda (Angola) e decidiu encerrar as atividades nas regiões por motivos orçamentários e desempenho técnico deficitário em relação às atividades finalísticas.

Em análise ao Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Agência apresenta nesta Nota Explicativa uma análise das principais despesas das operações que foram descontinuadas:

	CUBA		ANGOLA	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Receitas de serviços e outras receitas	102	217	-	11
Total das receitas operacionais	102	217	-	11
Custos e despesas operacionais				
Despesas com projetos finalísticos	-	(435)	-	(8)
Despesas com viagens	-	(2)	-	(2)
Despesas com com., marketing e propaganda	-	(4)	-	-
Despesas com pessoal, encargos e benefícios	(416)	(682)	(171)	(801)
Despesas gerais e administrativas	(202)	(1.432)	(4)	(552)
Despesas tributárias	-	1	(22)	(140)
Despesa com depreciação e amortização	(5)	(46)	(15)	(58)
	(623)	(2.600)	(212)	(1.561)
Superávit antes do resultado financeiro	(521)	(2.383)	(212)	(1.550)
Resultado financeiro líquido				
Receitas financeiras	-	65	14	678
Despesas financeiras	(22)	(85)	(35)	(83)
	(22)	(20)	(21)	595
DÉFICIT DO PERÍODO	(543)	(2.403)	(233)	(955)

Conforme pode ser observado, os escritórios em Cuba e em Angola representaram 0,27% e 0,07%, respectivamente, das despesas operacionais da Apex-Brasil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 (0,75% e 0,45%, respectivamente, para o mesmo período de 2018).

31 Cobertura de seguros (Não auditada)

Os bens móveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico, estão cobertos por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos.

As principais coberturas para o período de vigência da apólice de 06/12/2018 a 06/12/2019 são:

- Incêndio/Raio/Explosão/Implosão acidental/Fumaça/Queda de aeronave – R\$ 4.550.195,51
- Danos Elétricos – R\$ 30.000,00
- Perda ou Pagamento de Aluguel a Terceiros – R\$ 1.365.058,62
- Quebra de vidros – R\$ 25.000,00



- Responsabilidade Civil Empregador – R\$ 200.000,00
- Responsabilidade Civil Estabelecimentos Comerciais – R\$ 200.000,00
- Responsabilidade Civil Danos Morais – R\$ 500.000,00
- Roubo e/ou subtração de Bens mediante arrombamento – R\$ 30.000,00
- Tumultos, greves e atos dolosos – R\$ 50.000,00
- Vendaval/Furacão/Ciclone/Granizo/Impacto veículos terr. – R\$ 50.000,00

32 Gestão de Riscos

A Apex-Brasil poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de crédito
- Risco de mercado

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Apex-Brasil está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, as políticas e os processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas a seguir.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Apex-Brasil, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. As exigibilidades das obrigações da Apex-Brasil são registradas nas demonstrações financeiras, relevantemente no curto prazo, e não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Apex-Brasil em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, consequentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge, preponderantemente, das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de



investimentos financeiros administrados, principalmente, pelo Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. As informações referentes aos fundos, com composição das carteiras e regulamento estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4.

Exposição a risco de crédito

<u>Descrição</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.334	8.365
Créditos a receber	40.058	67.002
Adiantamentos Concedidos	12.536	31.469
Direitos de Créditos	1.539	2.676

Em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Apex-Brasil não possuía instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado (taxa de juros e cambial)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ter ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e os seus ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Entidade tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio que compreendem relevantemente os numerários mantidos em moeda estrangeira nos seus escritórios no exterior (Vide Nota Explicativa nº 2.7).

Além disso, a Entidade possui o seu principal passivo, referente à provisão para taxa de administração da Receita Federal do Provisão (Nota Explicativa nº 16), corrigido pela variação da SELIC mensal.

33 Transações com partes relacionadas

São definidas como partes relacionadas da Apex-Brasil:

- Pessoal-chave da Administração e sua remuneração;
- Plano de Benefícios ApexPrev (Nota Explicativa nº 29);
- Empréstimo para diretores: a Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes; e



- Remuneração de Conselheiros de administração e Conselheiros fiscais: a Entidade não remunera seus Conselheiros.

A seguir, os custos com remunerações atribuídos à Diretoria, em conformidade com o que determina a NBC TG 05 – Divulgação sobre Partes, relacionadas em 2019 e em 2018 foram:

Descrição	Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Período de 9 meses findo em 30/09/2018	3º trimestre de 2019	3º trimestre de 2018
Pró-labore de Diretores	906	739	302	253
Descanso anual de Diretores	93	95	34	32
Gratificação anual de Diretores	71	67	25	23
Encargos sociais	280	89	103	63
Total	1.350	990	464	371

Os valores acima compõem os valores de Despesas com pessoal, encargos e benefícios apresentados na Nota Explicativa nº 23.

SERGIO SEGOVIA
Presidente

**EDERVALDO TEIXEIRA
DE ABREU FILHO**
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF
